

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

(REFORMA CURRICULAR - 2016-2018)

LICENCIATURA EM HISTÓRIA - UFF

COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - UFF

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

(Reforma Curricular 2016-2018)

Curso de Graduação em História
(Licenciatura)



2018

Sumário

Palavras Iniciais	p. 3
Apresentação, Histórico, Justificativa	p. 5
Princípios Norteadores	p. 18
Objetivos	p. 22
Perfil do Profissional	p. 24
Organização Curricular	p. 27
Acompanhamento e Avaliação	p. 46
Conteúdos de Estudos e Objetivos	p. 49
Distribuição das Disciplinas/ Atividades - Periodização	p. 51
Sistemática de Adaptação Curricular	p. 53

Palavras iniciais

Em outubro de 2016, um *Seminário de Currículo* promovido pela Coordenação de Graduação em História discutiu e aprovou as diretrizes para a Reforma Curricular que está sendo implementada no segundo semestre desse ano. Ao longo de vários dias de debates e votações, com expressiva participação do corpo discente e docente, os encaminhamentos do Seminário nortearam a formulação do novo *Projeto Político Pedagógico* (PPP) do curso de graduação em História da Universidade Federal Fluminense (Niterói).

Por força das necessidades normativas, os PPPs são organizados em formulários específicos. São cerca de 20 formulários, com instruções de preenchimento detalhadas que discriminam questões que vão desde a apresentação do currículo até a infraestrutura do curso. Os PPPs de Bacharelado e Licenciatura, elaborados pela Comissão Acadêmica ao longo do ano de 2017 a partir das decisões Seminário, posteriormente aprovados pela Plenária do Departamento e pelo Colegiado do Curso, tem um total 131.114 palavras. São 662 páginas de texto.

Diante do volume expressivo de informações, e considerando a necessidade de facilitar o acesso do corpo discente a esse conteúdo, julgamos que seria válida a iniciativa de elaborar uma síntese. O texto que se segue é absolutamente fiel ao do PPP de Licenciatura. Não há qualquer alteração de conteúdo. Ele se concentra, contudo, em questões que são mais imediatas e que podem auxiliar no processo de mudança curricular. Além disso, esse expediente facilita a buscar por informações necessárias para sanar dúvidas pontuais. A iniciativa de disponibilizá-lo, portanto, não restringe o acesso ao conteúdo integral

do PPP, que também é público e de fácil consulta, mas tornar mais palatável a leitura de um texto fundamental para que as(os) estudantes conheçam o currículo que ajudaram a construir.

Conhecer o currículo é um importante instrumento de crítica necessário não apenas para gerir a própria formação, mas também para entender seus fundamentos e exercitar a autonomia. Esperamos que esse volume, que se soma a outras iniciativas, ajude nessa tarefa.

Niterói, 10 de julho de 2018.

Alexandre Santos de Moraes

Coordenador de Licenciatura - História/UFF

Carolina Coelho Fortes

Coordenadora de Bacharelado – História/UFF

Apresentação, Histórico, Justificativa

O curso de História da UFF integra atualmente a área de História composta por uma graduação em Licenciatura, uma graduação em Bacharelado, um departamento, um programa de pós-graduação *stricto sensu* (PPGH), um núcleo da rede da pós-graduação profissional em ensino de história (ProfHistória/CAPES) e um periódico especializado (*Tempo*). A área de história foi formalizada no novo Instituto de História (IHT), homologado no Conselho Universitário (CUV) em 27 de julho de 2016, permitindo ampliar a autonomia e o peso institucional da área na Universidade.

O curso de História foi criado em 1947, no âmbito da então Faculdade Fluminense de Filosofia, e credenciado pelo Ministério da Educação em 1951 através do Decreto 29.362. Em 18 de dezembro de 1960, ele foi incorporado à recém criada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), que reuniu as Escolas Federais de Medicina (1926), Farmácia e Odontologia (1912), Direito (1912), e Medicina Veterinária (1936); as estaduais de Engenharia (1952), Serviço Social (1945) e Enfermagem (1944); e as particulares de Ciências Econômicas (1942) e Filosofia (1947). Em 1965, pela lei 4.831, a UFERJ passou a denominar-se Universidade Federal Fluminense (UFF).

Ao longo destas décadas, o curso adotou várias configurações curriculares resultantes dos desafios que marcaram a inserção social e acadêmica do historiador no mundo desde o pós Segunda Guerra. Na década de 1980, em sintonia com as transformações políticas decorrentes do processo de redemocratização, os cursos de história do país protagonizaram uma revisão das propostas pedagógicas vigentes, com

vistas à superação dos fundamentos políticos e epistemológicos do então currículo mínimo do Conselho Federal de Educação. Na UFF, em 1992, foi elaborado um novo projeto político pedagógico do curso que reorganizava a estrutura curricular do curso, enfatizando a formação do historiador em sua dupla função de pesquisador-educador.

A crise dos anos 1990: um novo currículo para os domínios da História

O currículo de História objeto da presente reformulação foi elaborado na década de 1990, no auge dos debates acerca da natureza do discurso histórico, de seu valor de verdade e da possibilidade de produzir conhecimento em uma condição permanente de assimetria entre conhecimento e experiência, como já diagnosticava F. Falcon em 1998 ao analisar as implicações epistemológicas da “crise da história” (na apresentação à edição brasileira de *Passés Recomposés. Champs et chantiers de l’histoire*, orgs. J. Boutier e D. Julia, 1995).

Aquela crise datava já de duas décadas. A partir dos anos 1970, em contexto anglo-americano, teóricos e filósofos da história (Danto, Mink, Ankersmit, White, LaCapra) haviam deslocado progressivamente seu foco de análise das teorias da história e da historiografia para as práticas de produção dos significados históricos, entre as quais, em primeiro lugar, a própria historiografia e suas trajetórias, seguidas pela literatura, monumentos, comemorações e documentos visuais, entre outros. As “fontes” da história-teoria incluíam todas as práticas sociais voltadas para a produção de significados históricos, sendo consideradas, em sentido lato, como “linguagens” dotadas de uma própria sintaxe. Neste contexto, as categorias e os conceitos da história passavam a ser interpretados, eles próprios, como produtos daquelas práticas.

O impacto epistemológico deste processo era enorme: a ideia de representação histórica era redimensionada, perdendo seu valor essencialmente cognitivo que lhe havia sido atribuído pela tradição filo-

sófica do oitocentos e da primeira metade do século XX; os problemas da ideologia e da dimensão política da historiografia, os epistemológicos da objetividade e da verdade e os metodológicos das técnicas de interpretação passavam a ser estudados em relação às modalidades da escrita da história, às negociações discursivas e às práticas de circulação.

O impacto crítico gerado pelas perspectivas narrativistas alcançava plenamente os ambientes acadêmicos brasileiros nos anos 1980 e 1990, em um contexto de expansão da profissionalização dos historiadores, de adensamento dos setores de pós-graduação e de revisão das propostas pedagógicas vigentes, em sintonia com as transformações políticas decorrentes do processo de redemocratização e com vistas à superação dos fundamentos políticos e epistemológicos do então currículo mínimo do Conselho Federal de Educação.

Foi nesse contexto que, em 1992, o curso de História da UFF elaborou um novo projeto político pedagógico do curso, enfatizando a formação do historiador em sua dupla função de pesquisador-educador; subdividindo o percurso de formação em dois núcleos de estudo; e propondo para o segundo núcleo, de especialização, uma grade curricular estruturada a partir de eixos cronológicos e linhas temáticas capazes de abarcar os numerosos e diversificados “campos e domínios” da história.

A leitura cruzada do projeto político pedagógico de 1992 e da coletânea *Domínios da História*, organizada por dois dos principais idealizadores do novo currículo (Cardoso & Vainfas, 1997), oferece um quadro ilustrativo do encaminhamento que o curso de História da UFF oferecia naqueles anos para as duas crises do nosso ofício: o do fazer história como produção de conhecimento e o do ensinar história como prática de “ensinar a fazer história”.

As linhas temáticas do currículo de 1992 e os campos de investigação do “território do historiador” convergiam para a circunscrição de três grandes campos: o da história econômico-social; da história

do poder e das ideias políticas; e da história cultural, das ideologias e das mentalidades. De modo geral, tentava-se abarcar todos os campos de investigação que tivessem o “homem em sociedade” como objeto, oferecendo percursos de especialização que permitissem aprofundar e pôr em prática as categorias analíticas e de interpretação oferecidas no primeiro núcleo de estudos (o de formação geral).

Almejava-se, em um espírito de síntese e articulação, oferecer percursos em sintonia com as “tradições presentes na historiografia [então] contemporânea” que possibilitassem ao formando reunir e correlacionar os fragmentos observados em diferentes “níveis de análise”, para compor a “unidade de uma visão global”: “a síntese global, ao se realizar deve recolher os resultados das pesquisas setoriais. mas, analogamente, a concepção e o enfoque totalizadores, sintéticos, devem estar presentes nestas pesquisas setoriais, permitindo nelas a articulação da parte com o todo” (cfr. PPP 1992, form. 1, p.3).

O historiador em um mundo globalizado: tempo presente, memória, identidades e presença

O que mudava na segunda metade do século XX eram, ao mesmo tempo, os “territórios e canteiros do historiador” (Vovelle, Le Goff, Nora, Boutier & Julia) e o perfil do pesquisador: tanto o objeto da investigação, quanto o sujeito que o indaga.

A crise do sujeito cognoscente - e, portanto, da antropologia clássica da modernidade - e a complexidade do quadro resultante, constituíam dois aspectos de um único processo que, a partir de 1989 (data aqui com valor apenas convencional), alargava a dimensão antropológica do *homo politicus* na sua relação exclusiva cidadão-sociedade-futuro, abrindo o caminho para dimensões plurais das relações homem-mundo, espécie-ambiente e, também, para novas formas de identidade e pertencimento que hoje mobilizam fortemente o interesse de nossos graduandos.

Nas últimas três décadas, as correntes historiográficas e os campos de investigação se multiplicaram, assim como as fontes e as modalidades comunicativas. Multiplicaram-se também os eventos da história passada e presente. Sob o peso da complexidade e da multidimensionalidade dos eventos, a postulação de uma “nova história”, uma “história total” (Le Goff) e até mesmo uma história que fosse “a soma de todas as histórias possíveis” (Braudel), possuidora de uma “vocalização de síntese” (Duby), revelava-se um projeto difícil de ser realizado e ainda associado a uma história totalizante, integrando o passado, como fio condutor, em um saber hegemônico, onívoro e de enquadramento ainda preferencialmente “ocidental”.

Paralelamente, um processo para o qual a historiografia ainda não atentava, redefinia a abordagem aos saberes e ao mundo da comunicação global. Os desenvolvimentos inesperados e acelerados do universo digital e o advento da era do acesso à rede, bem como a nova densidade dos sistemas comunicativos, marginalizavam a escrita e suas modalidades tradicionais como processos comunicativos, dilatando desmedidamente o espaço, fragmentando a experiência temporal e multiplicando os testemunhos e as fontes, o que tornava quase impossível o exercício de um controle interpretativo, sobre o sentido e significado das narrativas que estavam se proliferando, particularmente em relação ao “tempo presente”.

A escrita, terreno privilegiado da historiografia, estava sendo sitiada. Não apenas pelas teorias da representação, da metáfora e da construção discursiva de significados do *narrative turn*, mas também pelas formas novas de comunicar, arquivar, pesquisar e produzir história em plataformas digitais. O que estava mudando era a própria metáfora do saber histórico, apresentada como um modelo de “comunicação aberta e em rede”, constituído por um conjunto cada vez mais volátil de eventos e interpretações.

Aquela crise, que ainda está aberta e sobre a qual estamos refletindo, decorria do impacto do processo de globalização planetário em curso, em função do qual éramos postos diante de uma prolifera-

ração incontrolada de eventos, uma pluralidade de instrumentos interpretativos e comunicativos e uma intensidade inédita das comunicações humanas. Trata-se de um processo de dilatação espacial da vivência humana, com grande redimensionamento da dimensão temporal (Pomian, Ricoeur, Nora, Koselleck, Hartog) articulado a um processo geral de redefinição-transformação da cidadania do homem no mundo, para além das fronteiras das histórias particulares de comunidades, etnias, estados e classes sociais.

A função crítica e política da história continua objeto de reflexão, mas as indagações mudaram: é ainda possível um uso público da história para construção de identidades individuais e coletivas? É possível uma memória coletiva dos eventos históricos construídos e canonizados por uma historiografia prescritiva, frente a volatilidade dos eventos presentes? E neste “presente dilatado”, como articulamos passado, presente e futuro? Que sentidos históricos produzimos? Que didática e que procedimentos de comunicação podem permitir soldar uma memória coletiva e compartilhada dos eventos históricos?

O seminário de outubro de 2016 e o PPC de 2017

Nas últimas duas décadas o Curso de História se ampliou e diversificou em termos sociais e culturais. O seu corpo discente passou a contar com uma média de mil alunos regularmente matriculados, oriundos de todas as regiões do Brasil. O seu quadro docente também se modificou, expressando as múltiplas trajetórias acadêmicas resultantes da extensão dos programas de pós-graduação em curso desde os anos 1980, e encarna expectativas e desafios relativos à função do historiador no século XXI. As suas temáticas de pesquisa e seus debates a respeito das disciplinas e do perfil do ementário têm refletido as preocupações e os interesses de novos sujeitos políticos e sociais coletivos que, através dos novos movimentos sociais, têm construído representações simbólicas afirmativas e criado novas dinâmicas identitárias. O currículo não ficou imune a todas essas mudanças.

Desde 1993, quando foi implementado o currículo em vigor, foram criados mecanismos de avaliação e reflexão sobre o projeto pedagógico e o funcionamento do currículo – os Seminários de Auto Avaliação e de Currículo –, através dos quais professores e alunos têm elaborado diagnósticos e proposto alterações à grade curricular.

Entre 1997 e 2011 o currículo foi objeto de avaliações periódicas, ajustes e reformas que resultaram na criação de novas disciplinas, na ampliação da carga horária do núcleo de formação geral e do estágio supervisionado; na incorporação da carga horária de atividades acadêmicas complementares e da prática como componente curricular, entre outras mudanças (conforme resoluções CEP n. 135/1997; n.30/1999 e n. 162 e 163/2011). Além disso, em 2012 o curso de graduação foi dividido em Licenciatura e Bacharelado finalizando processo iniciado no ano anterior (cfr. Processo n. 23069.056676/2010-49; Resoluções CEP n.162 e 163/2011 que aprovaram os currículos do Bacharelado e Licenciatura, respectivamente).

Próximo aos 70 anos de existência e com a experiência de 25 anos de funcionamento do atual currículo, o Curso de Licenciatura em História da UFF implementa novas mudanças curriculares em seu PPC, como resultado da avaliação realizada no último seminário de currículo, em outubro de 2016.

Como todos os outros seminários realizados desde 1993, o de 2016 também foi um espaço de análise e avaliação das assimetrias entre o que programamos e esperamos e o que realizamos, entre o plano propositivo das proposta curriculares e suas expectativas e a dimensão concreta da realização das mesmas.

Como as outras reformas curriculares, esta também constitui-se em um exercício de auto-compreensão, de distanciamento do cotidiano, de retirada de nossas práticas do horizonte familiar no qual normalmente as inscrevemos, para tentar delinear as linhas de demarcação das histórias que são feitas e que queremos fazer.

No Seminário de Currículo de outubro de 2016 foram identificados, grosso modo, dois tipos de descompasso entre a arquitetura do currículo vigente e a dinâmica concreta de realização do percurso formativo na licenciatura em história.

(1) Descompassos de caráter teórico-historiográfico.

1.a. Diagnosticou-se que as três linhas temáticas que estruturaram o segundo núcleo do curso - história econômico-social; do poder e das ideias políticas; cultural, das ideologias e mentalidades - tornaram-se inadequadas para abarcar a pluralidade dos paradigmas teóricos e das perspectivas historiográficas que regem a investigação histórica na contemporaneidade, não sendo esta mais reconduzível aos três distintos “níveis de análise da síntese global do social”.

Quanto à dimensão epistemológica, podem ser traçadas algumas grandes linhas de demarcação capazes de abarcar a multiplicidade de abordagens praticadas na atualidade, que vão desde uma “história que trata o passado como algo plenamente compreensível”; até uma história na qual o “passado foge a qualquer controle cognitivo e habita o presente”; passando por uma história “crítica”, na qual o passado e o presente constituem um ao outro reciprocamente, na práxis dialógica da pesquisa e da escrita da história (D. Bondi). Por outro lado, quanto às perspectivas historiográficas mais recentes, pode ser mapeada toda uma constelação de novas linhas que dialogam com a virada linguística e com o paradigma hermenêutico - desdobrando-os ou refutando-os -, como as teorias da presença (Gumbrecht, Eelco Runia, G. Agamben, Sarlo entre outros) e as novas tendências da história da memória, que aprofundam os temas das identidade, do trauma e das reparações históricas; ou como as contra-ofensivas oferecidas por certos historiadores ao *narrativ turn* (Carlo Ginzburg, Natalie Zemon Davis e Le Roy Ladurie, entre outros), apontando para uma necessária redefinição das relações entre pesquisa e narração e para as tensões e estratificações semânticas inscritas nos documentos e na organização dos arquivos, elas próprias possuindo um valor objetivo para o historiador.

Ainda no campo das novas perspectivas historiográficas foi assinalada, ao longo dos debates do seminário, a importância das modalidades de história global (*connected histories, world history, global history, hibridizações culturais*) e o seu impacto para a pesquisa e para o ensino da história, seja pondo em crise a narrativa tradicional eurocêntrica fortemente defensora da excepcionalidade da história do Ocidente em relação às histórias do “resto do mundo” (as “outras” histórias), seja lançando o desafio de incluir no horizonte do ensino de história o problema dos confrontos e diálogos entre as diferentes identidades culturais historicamente constituídas e, sobretudo, incentivando a criação de histórias desvinculadas de sentidos identitários nacionais. Em termos metodológicos, as diferentes modalidades da *global history* propõem importantes inovações, já que definem as unidades de análise a partir dos objetos investigados e, deste modo, pressupõem a superação das periodizações convencionais e das separações abstratas dos níveis de análise em base cultural, religiosa, econômica e política.

1.b. Professores e alunos também identificaram que a periodização que estrutura o primeiro núcleo de estudo e que se prolonga na forma de eixos cronológicos no segundo núcleo - Antiguidade e Alta Idade Média (até o século X); Baixa Idade Média e Tempos Modernos (séculos XI a XVIII); Idade Contemporânea (séculos XIX e XX) - não fornece mais uma referência funcional para pensar as grandes questões do nosso presente e para delimitar os percursos de iniciação à pesquisa que desejava-se realizar ao longo do segundo núcleo de estudos. De certo modo, a “fome” por temas do tempo presente, expressa fortemente pelos graduandos, era a contra-face do diagnóstico elaborado pelos docentes quanto à crise de uma cronologia que não corresponde aos recortes analíticos de suas pesquisas, sobretudo no caso dos grandes temas transversais que se debruçam sobre as interações em vasta escala (como diásporas e outras formas de mobilidades e fluxos; experiências de alteridade; estruturas antropológicas e fundamentos da vida social e cultural; expansão das formas e estruturas econômicas, por exemplo).

(2) Descompassos de caráter operacional.

2.a. Identificou-se uma distância entre as iniciativas de valorização da formação de professores realizadas por um grupo significativo de docentes (que integram a rede nacional do PROFHISTÓRIA criado em 2014) e a falta de sistematicidade e até mesmo a disfuncionalidade das atividades práticas de ensino para a Licenciatura realizadas na graduação. A incorporação formal da carga horária da “Prática como Componente Curricular” (PCC) (cfr. Res. CNE/CP 2/2002) na carga de cada disciplina obrigatória, realizada na reforma curricular de 2009, não garante o desenvolvimento de atividades concretas e reflexões pontuais sobre o ensino da história. Com exceção de iniciativas específicas muito bem sucedidas, a própria natureza da prática como componente curricular não é objeto de reflexão compartilhada por parte dos docentes. Assim, analisaram-se novos formatos que permitiriam incluir a PCC em nosso currículo de modo mais efetivo, vale dizer como conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência e à produção de saberes em ambiente escolar.

2.b. Além disso, outra necessidade que mobilizou licenciandos e docentes foi a de redefinir a natureza das disciplinas instrumentais, para que elas passassem a constituir espaços de desenvolvimento de habilidades específicas diretamente relacionadas às várias e novas dimensões do “fazer história”, não apenas as atuações consolidadas no âmbito da pesquisa e do ensino, mas também outras atividades de extensão, de mediação cultural e de educação que envolvam a capacidade de produzir e socializar conhecimento de caráter histórico.

2.c. Os debates do seminário também permitiram identificar a necessidade de uma maior integração transversal entre os conjuntos de disciplinas que compõem os núcleos do curso e a necessidade de suprimir as linhas temáticas e os eixos cronológicos que organizam o currículo desde 1993, entre outros.

Em 2016, para encaminhar os problemas decorrentes dos dois tipos de descompassos apontados, foram aprovadas as mudanças curriculares que estruturam o presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em sintonia com as aspirações de uma universidade sensível às demandas multiculturais e a um diálogo crítico entre o presente e o passado a partir de um olhar descentralizado, buscando garantir aos graduandos uma maior autonomia e flexibilidade na escolha do próprio percurso formativo.

Os princípios que orientam e conduzem estas alterações decorrem, por um lado, dos desafios teóricos e historiográficos do panorama da pesquisa histórica contemporânea e, por outro lado, respondem aos desafios postos pelo processo de democratização do acesso às universidades públicas federais e à UFF em particular, estando em sintonia com as novas exigências colocadas à formação de licenciados em História.

Os principais aspectos da presente reformulação curricular são: a valorização da habilitação para a docência no âmbito do departamento de história, com a criação de laboratórios voltados para exercício da prática como componente curricular, sem prejuízo da formação integral do profissional de história; a ampliação da dimensão prática expressa na valorização das disciplinas instrumentais; a busca de maior integração transversal entre os conjuntos de disciplinas que compõem os novos núcleos de formação geral e de aprofundamento; e a supressão dos eixos cronológicos e das linhas temáticas que estruturavam o antigo núcleo de especialização do currículo de 1992.

A supressão dos eixos cronológicos e das linhas temáticas obedece tanto exigências teórico-historiográficas, como já vimos, quanto o desejo de levar em consideração a mobilidade e a flexibilidade que marcam a sociedade contemporânea, o reconhecimento da “nova e mais complexa configuração do quadro em que se [desenvolvem] os estudos históricos” e a “formidável ampliação ocorrida nos objetos e enfoques disponíveis para os historiadores”, tal como reconhecem

as novas *Diretrizes Curriculares dos Cursos de História*, aprovadas em 2001 (Parecer CNE/CES nº 492, de 03/04/2001).

De fato, a estrutura curricular do projeto político pedagógico de 1992 propunha dois núcleos: o de formação geral, com duração de três semestres, e o de especialização, com duração de cinco semestres; e estabelecia que “ao iniciar a segunda parte do curso, o aluno [teria] duas escolhas a fazer: a de uma entre três linhas temáticas; e a de um dentre três eixos cronológicos” (cfr. PPP 1992, formulário 1, p. 3 e Proc. N.23609.043306/92-35). Assim, ao final do terceiro semestre letivo, ao realizar “duas escolhas combinadas” de um eixo temático e de um cronológico, os alunos definiam o elenco das disciplinas que cursariam ao longo dos cinco semestres seguintes (cfr. Resolução CEP n. 22/1993). Ao ingressar no núcleo de especialização, o aluno deveria cumprir 70% dos créditos em disciplinas da linha temática e do eixo cronológico que escolhesse, mais três disciplinas instrumentais (teórico-metodológicas e técnicas) à sua escolha, “mas levando em conta a diferenciação existente entre Licenciatura e Bacharelado neste ponto” (cfr. PPP História, 1992, formulário 1, pp. 2-3 e Proc. N.23609.043306/92-35).

O acompanhamento do curso, decorrente dos seminários de estudo e de avaliações realizados nos anos de 1990, identificou o risco da especialização precoce dos alunos na graduação, quando a escolha de um eixo temático somada a de um eixo cronológico condicionava grande parte dos créditos cumpridos em disciplinas do núcleo de especialização. Por conta disso, em 1999, foram aprovadas uma série de medidas: a ampliação do núcleo de formação geral (com a criação de História Contemporânea II e América III); a redução do núcleo de especialização; e a mudança da nomenclatura de “núcleo de especialização” para “núcleo de *profissionalização*” (Propostas de Ajustes Curriculares para o Curso de História, 1999, pp. 4-7/Processo n.23069.000936/99-28 e Res. CEP n. 30/1999).

Assim sendo, a alteração que ora realizamos no currículo compartilha esta preocupação com o risco da especialização precoce

na graduação e volta-se para uma proposta concreta de incorporação da prática como componente curricular, redefinindo o perfil das disciplinas instrumentais, além de idealizar novos espaços para a iniciação à docência através da criação dos laboratórios e abrindo possibilidades de abordagens transversais da história e dos temas do tempo presente.

Esse novo enquadramento dos objetos e métodos da produção do conhecimento histórico repercutiu nas ocupações funcionais dos profissionais de história que, além das tradicionais destinações ao ensino, passaram a atuar fortemente em instituições de pesquisa, memória e patrimônio, como museus, arquivos, centros de documentação privados e públicos, em meios de comunicação de massa, além de diversos tipos de assessorias a entidades e movimentos sociais que lidam com a constituição de acervos e políticas de preservação da memória coletiva. Por esta razão, ao longo dos últimos anos a comunidade se mobilizou em torno do trâmite e aprovação do projeto de lei (PL 4699 C/2012 aprovado em 3/03/2015) visando obter a regulamentação da profissão de historiador e o estabelecimento de requisitos para o exercício profissional, de modo a criar amparo legal para a abertura de concursos para o cargo de historiador e garantir plenamente a inclusão de profissionais de história em diferentes instituições públicas.

Essa redefinição e ampliação das áreas de atuação profissional dos historiadores requer dos cursos de graduação uma adequação de seus conteúdos e práticas formativas para desenvolver novas aptidões e habilidades – tais como o domínio de técnicas de análise aplicadas a diferentes suportes de fontes (textual, iconográfica, audiovisual, midiática), o manejo da linguagem, dos métodos e das ferramentas de tecnologia da informação aplicadas à História e ao patrimônio cultural, bem como das mídias e dos acervos digitais – hoje corriqueiras e necessárias aos egressos do curso de História de modo a prepará-los de forma mais adequada para as novas configurações da área e para o futuro profissional que escolherão.

Princípios Norteadores

A proposta curricular aqui apresentada estrutura-se a partir da articulação entre dois princípios fundamentais:

- a indissociabilidade entre a produção do conhecimento e os usos sociais do mesmo;
- a integração plena entre a formação profissional do historiador, nas suas várias modalidades, e a sua atuação cidadã, sobretudo enfatizando o compromisso social e político com uma educação básica solidária, inclusiva e de qualidade, voltada para a promoção humana.

Busca-se, assim, formar profissionais capazes de lidar criticamente com a construção do conhecimento histórico, em suas várias dimensões e ambientes – com ênfase nas práticas docentes -, seus meios de divulgação e circulação, bem como com as apropriações do mesmo. Isso pressupõe eliminar a segmentação tradicional entre a formação de professores e de pesquisadores, ainda que se reconheça a existência de campos profissionais específicos, com suas demandas particulares em termos de competências e habilidades.

Uma das premissas fundamentais que sustenta a eleição destes dois princípios é a impossibilidade de pensar a atividade “ensinar” desvinculada da produção do conhecimento histórico, concebida tanto como a reflexão sobre a construção das narrativas sobre o passado, quanto como o trabalho com a documentação e a relação entre memória e história, por exemplo. Outra premissa consiste na impossibilidade de pensar o “pesquisar” sem atentar para sua conexão com os usos sociais dos resultados das investigações históricas, sobretudo em termos educacionais. Não se pode aqui olvidar que este pesquisar integra

as práticas docentes à produção do conhecimento histórico, mediante debates acerca das metodologias do processo de ensino-aprendizagem. Forma-se assim um profissional que, constantemente revisita e questiona sua própria prática, visando à superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem, o que configura o historiador professor também como um investigador de suas experiências na sala de aula.

O historiador profissional que se visa formar é, desse modo, um cidadão cuja atuação na sociedade é pautada pela disseminação de uma visão crítica quanto à produção e aos usos do conhecimento histórico.

Assim, ao definir como um dos seus princípios fundamentais a **indissociabilidade entre a produção do conhecimento e os usos sociais do mesmo** este Projeto Pedagógico amplia e reforça a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, noção consagrada no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 e adotado pelo currículo do Curso de Graduação em História da UFF desde 1993. Neste sentido, o Curso oferece um percurso formativo que associa a preparação geral do historiador às exigências específicas requeridas pela docência em História, através de uma formação integrada do profissional de História, tanto para Licenciatura quanto para o Bacharelado, conforme as *Diretrizes Curriculares dos Cursos de História* (Parecer CNE/CES nº 492, de 03/04/2001), as *Diretrizes para a Formação de Professores* e *Diretrizes para Formação Inicial em Nível Superior e Formação Continuada* (Resolução CNE/CP nº 13, de 13 de março de 2002; Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015) e incorporando a base comum das Licenciaturas (Resoluções CEP/UFF n. 50/2004 e n. 360/2009).

Cabe ressaltar que no presente PPC a pesquisa e o ensino, normatizados nas diretrizes acima mencionadas, não são considerados apenas enquanto *habilitações*, mas como fundamentos da formação profissional em História e um dos princípios norteadores desta estrutura curricular. Pretende-se que o profissional formado pelo

Curso de Licenciatura em História da UFF receba uma formação geral consistente de modo a permitir que seja a um só tempo professor e pesquisador, capaz de *produzir* e *comunicar* conhecimentos no campo da História.

Da integração entre esses princípios básicos decorrem os demais aspectos norteadores desta proposta curricular: a articulação entre teoria e prática, a flexibilidade curricular, a interdisciplinaridade e o predomínio da formação sobre a informação e a articulação integrada da educação superior com a educação básica, em suas múltiplas dimensões, especialmente no sistema público.

A formação dos graduados em História pela UFF, tanto em Licenciatura quanto em Bacharelado, é pautada na **articulação entre teoria e prática** presente nas várias dimensões do ofício do historiador e ao longo de todo o processo formativo dos alunos. Assim, a associação entre teoria e prática é construída já no Núcleo de Formação Geral, com a criação dos Laboratórios de Ensino e Pesquisa; é ampliada no Núcleo de Aprofundamento, com um conjunto de disciplinas de caráter optativo e seminários monográficos – dedicados à reflexão sobre temas e problemas historiográficos –, bem como mediante as disciplinas instrumentais.

Outro aspecto norteador é a **interdisciplinaridade** que, aplicada ao presente currículo, se refere a uma concepção de ensino baseada na interdependência entre os diferentes ramos do conhecimento. Ela se materializa em algumas disciplinas instrumentais que privilegiam as conexões metodológicas estabelecidas entre diferentes campos de saber – História e Arqueologia, História e Economia, por exemplo –; na distribuição semestral de disciplinas como Antropologia, Geohistória, Sociologia e as diversas disciplinas de Educação, postas em diálogo com a as disciplinas específicas da História que integram o Núcleo de Formação Geral; e, ainda, na possibilidade de cursar disciplinas oferecidas por qualquer curso da universidade, visando implementar uma “integração mais flexível entre os cursos de graduação”, conforme sugestão das *Diretrizes Curriculares*, sem com-

prometer as especificidades do Curso de Graduação em História (Parecer CNE/CES nº 492, de 03/04/2001).

Quanto à **flexibilidade curricular**, cabe destacar que bacharelados e licenciandos possuem a autonomia de definir a sequencialidade do próprio percurso formativo, graças à ausência de pré-requisitos para a matrícula na maior parte das unidades curriculares, assim como têm a liberdade de construir mais de um terço da própria trajetória acadêmica, em função da escolha das disciplinas de caráter optativo.

O **predomínio da formação sobre a informação** pressupõe enfatizar o “saber fazer”, de modo que os graduandos aprendam a utilizar novos procedimentos, manipular vários instrumentos, dominar várias linguagens e metodologias do processo de ensino-aprendizagem. Em suma, trata-se de estimular e desenvolver habilidades necessárias ao exercício da pesquisa e da reflexão históricas, assim como à capacidade de estudar – selecionar argumentos e comunicar explicações e resultados.

Finalmente, a **articulação integrada da educação superior com a educação básica, especialmente no sistema público**, é buscada como meio de valorizar o espaço da escola pública enquanto campo de experiência para a construção do conhecimento na formação de professores para a educação básica e, assim, expressar o compromisso político da licenciatura em seu potencial transformador de uma realidade social profundamente injusta e desigual em relação às possibilidades de desenvolvimento humano. De modo especial, mas não único, ela está presente desde o Núcleo de Formação Geral, ao incorporar em suas disciplinas a reflexão sobre o ensino de História na escola básica até a ênfase dada às escolas objeto de Estágio Supervisionado (as quatro componentes curriculares de Pesquisa e Prática de Ensino) passando pelos Laboratórios, disciplinas instrumentais voltadas para o ensino e diferentes práticas extensionistas.

Objetivos

O objetivo primordial da Licenciatura, ao reconhecer o caráter indissociável da pesquisa e do ensino, é formar historiadores que estejam capacitados a atuar na produção, transmissão e comunicação do conhecimento histórico, ao mesmo tempo que sejam também capazes de questionar e rever constantemente a sua prática docente. Portanto, a formação do licenciado em História deve aliar conhecimento histórico atualizado ao domínio das normas e procedimentos do seu ofício de modo a ser capaz de socializá-lo com clareza e responsabilidade.

A formação dos licenciados leva em conta a reflexão e a prática do trabalho tanto no âmbito escolar quanto em outras instituições educativas, como museus, centros de documentação e arquivos, assim como o domínio das linguagens e formas de produção e divulgação do conhecimento histórico. São atividades formativas complementares à formação do licenciado a capacitação para a crítica e a produção de materiais didáticos, em variados suportes, o conhecimento sobre o mercado editorial, em sua complexa organização e atuação, a serem desenvolvidas nos laboratórios e nas disciplinas instrumentais voltadas para o ensino.

Desse modo, o curso de Graduação em História da UFF, em sua habilitação Licenciatura, ao reconhecer o caráter indissociável da pesquisa e do ensino, objetiva:

- formar profissionais capazes de relacionar criticamente o presente ao passado, de aproximar-se da pesquisa histórica e de comunicar e divulgar seus resultados;

- propiciar o conhecimento das linhas gerais do processo histórico em suas várias espacialidades e temporalidades permitindo dominar processos de escolarização desses conteúdos, seus significados em diferentes contextos e períodos e sua articulação interdisciplinar;
- capacitar para a docência na escola básica, com compreensão ampla e contextualizada da educação, das escolas e das políticas educacionais;
- capacitar os discentes para a prática da pesquisa histórica, mediante o conhecimento dos grandes temas e debates historiográficos e a aquisição de metodologias apropriadas à investigação documental e interpretação das fontes, bem como pela aquisição de uma linguagem historiográfica rigorosa e clara;
- capacitar os discentes na construção de práticas de ensino conscientes da dimensão política do processo de ensino-aprendizagem e do seu compromisso social;
- desenvolver uma reflexão consistente a respeito do ensino e da especificidade do saber escolar;
- fornecer subsídios para ações no âmbito da divulgação do conhecimento histórico e da educação patrimonial;

Essa formação é realizada através de disciplinas obrigatórias do Núcleo de Formação Geral – que inclui aquelas associadas à iniciação à docência – e disciplinas de caráter optativo do Núcleo de Aprofundamento, de natureza variada, como instrumentais, seminários e laboratórios de pesquisa. Para além dessas atividades, os alunos terão a oportunidade de frequentar conferências, oficinas e palestras, para um contato direto com a discussão científica nacional e internacional, o que se efetiva no âmbito das Atividades Acadêmicas Complementares.

Perfil do Profissional

A formação de professores para a escola básica é orientada para a compreensão de que o ensino de história vai além da capacidade de divulgar e transmitir o conhecimento histórico produzido nas universidades e outras instituições de pesquisa, em linguagem apropriada à faixa etária dos alunos. Formar professores significa desenvolver a capacidade de reconhecer a especificidade da História como disciplina escolar, através do contato com o universo da escola e do saber escolar e, acima de tudo, significa incentivar a reflexão sobre os conteúdos básicos específicos e o ensino de história.

Quanto à *profissionalização docente*, o licenciado em História da UFF:

- possui o rigor metodológico para desnaturalizar o mundo junto aos educandos, reforçando a curiosidade e a capacidade crítica dos alunos;
- domina as ferramentas de pesquisa necessárias para a busca criteriosa das informações e dos conhecimentos próprios ao contexto educativo no qual atua, desde o funcionamento do ambiente escolar, até a dimensão cultural da comunidade na qual intervém;
- participa do planejamento escolar e colabora na realização de atividades culturais, sociais e educacionais ligadas à sua área;
- compreende a exigência de respeitar os saberes dos educandos, sendo capaz de reconhecer sua construção histórica e social e de conduzir uma reflexão sobre os mesmos com os alunos;

- exerce a criticidade, entendida como curiosidade e capacidade de historicizar os saberes escolares e de refletir sobre a própria prática, com vistas a uma formação permanente do próprio ofício;
- considera a dimensão ética e estética envolvidas na formação integral do educando;

Quanto às *competências necessárias para produzir e comunicar o conhecimento histórico*, o profissional em História formado pelo curso da UFF:

- possui um conhecimento geral de todos os períodos históricos, com consciência dos limites e das perspectivas das tradições historiográficas e compreende os problemas relacionados às periodizações;
- conhece e sabe aplicar em casos específicos, em nível básico, as metodologias das disciplinas correlatas aos estudos históricos e domina os principais instrumentos metodológicos e linguagens para a interpretação dos processos históricos;
- interpreta e contextualiza em perspectiva diacrônica e sincrônica um ou mais temas históricos;
- enquadra historiograficamente os principais problemas históricos e identifica possíveis desenvolvimentos e linhas de investigação;
- orienta-se e obtém de forma autônoma informações e textos dentro da produção historiográfica atualizada;
- reconhece as diversas tipologias de fontes úteis ao estudo histórico das sociedades em diferentes contextos;
- utiliza com domínio seguro os procedimentos para a análise dos documentos;

- usa instrumentos básicos para a catalogação, valorização, divulgação e conservação do patrimônio.

Quanto à *autonomia intelectual*, o egresso da Licenciatura em História da UFF:

- enfrenta e interpreta, com plena autonomia de juízo, problemáticas complexas relativas aos fenômenos históricos;
- conhece, avalia e utiliza os métodos para a análise histórica dos documentos textuais, visuais e da cultura material/imaterial, nos contextos antigo, medieval, moderno e contemporâneo, inclusive em perspectiva diacrônica;
- é capaz de perceber as implicações e o peso de seus juízos no plano ético e social;
- possui uma abordagem crítico-metodológica, útil para a avaliação e solução de problemas de natureza teórica ou prática inclusive em contextos profissionais;
- possui uma boa capacidade de coletar, selecionar, organizar logicamente e de expor de modo ordenado dados e informações documentais complexos, voltados à formulação autônoma de conclusões e opiniões;
- domina noções básicas para conduzir investigações analíticas, mediante o uso e a experimentação de modelos que lhe permitam avaliar criticamente os dados obtidos e formular conclusões;
- assume uma atitude de trabalho em grupo e demonstra ser capaz de posicionar-se criticamente no plano profissional e naquele humano e ético.

Organização Curricular

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Fluminense é composta por três núcleos de formação:

1. **Núcleo de Formação Geral**, composto por disciplinas obrigatórias oferecidas ao longo de cinco semestres;
2. **Núcleo de Aprofundamento**, composto por disciplinas obrigatórias livres (ditas instrumentais), optativas, e eletivas;
3. **Núcleo de Estudos Integradores**, formado por disciplinas obrigatórias (Projeto de Monografia; Monografia; quatro módulos de Pesquisa e Prática Educativa - PPEs, que incluem o Estágio Supervisionado), obrigatórias livres (Laboratórios) e Atividades Complementares, distribuídas ao longo dos nove semestres do curso.

V. I - NÚCLEO DE FORMAÇÃO GERAL

As disciplinas deste núcleo proporcionam ao estudante, na fase inicial do seu curso, uma visão abrangente e sistemática da problemática da História em seus cortes temáticos e cronológicos habituais; um panorama das questões teórico-metodológicas mais importantes que atravessam a historiografia contemporânea; e, ainda, um contato inicial com disciplinas afins – a Sociologia, a Geohistória, a Antropologia e as da Educação – necessárias ao trabalho do historiador e com as quais a própria História compartilha o seu objeto de estudo.

A proposta curricular procura agregar conteúdos básicos da área em diferentes temporalidades (História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea) e espacialidades (Europa, América, África, Ásia, Brasil) aos princípios de uma formação teórico-metodológica (Introdução aos Estudos Históricos, Teoria da História, Historiografia) necessários à reflexão sobre a natureza da pesquisa histórica e sobre a historicidade da escrita da História.

Além disso, de acordo com as novas exigências estabelecidas para a formação docente, definiu-se que as disciplinas desse núcleo devem buscar incorporar uma reflexão sobre educação e ensino de História, referindo-a pontualmente aos temas e questões tratados em cada disciplina. Assim sendo, as disciplinas do Núcleo de Formação Geral ministradas pelo GHT contribuem para desenvolver diferentes habilidades referentes aos processos de escolarização dos conteúdos próprios de cada disciplina na medida em que estabelecem convergências entre a reflexão acadêmica e a prática docente.

V.2 - NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO

As disciplinas oferecidas neste núcleo proporcionam aos discentes a possibilidade de (1) desenvolver e exercitar o conjunto das habilidades requeridas nos diversos campos de atuação do historiador, através das *disciplinas instrumentais* e do *estágio supervisionado*; (2) examinar determinados temas com maior grau de complexidade, conferindo-lhes um tratamento mais monográfico, através dos *seminários*; e/ou abordando-os a partir de diversas perspectivas teórico-metodológicas e enquadrando-os em dinâmicas temporais mais abrangentes, por meio das *disciplinas transversais*; (3) ampliar a formação geral, mediante as *disciplinas eletivas*.

Assim sendo, o aprofundamento pode ocorrer no sentido da verticalização do exame de um objeto, de sua inserção em perspectiva transversal, ou ainda pela intensificação da dimensão prática.

Em decorrência disso, as disciplinas que compõem este núcleo possuem dois formatos: um conjunto de disciplinas com ementas fixas, subdividido em disciplinas optativas dedicadas a temáticas relevantes no debate historiográfico e político-social do nosso tempo, orientadas por uma perspectiva transversal e interdisciplinar, e disciplinas obrigatórias livres instrumentais; outro conjunto de disciplinas optativas, oferecidas como seminários com ementas abertas, de caráter monográfico, abrindo um diálogo com as pesquisas em andamento nos laboratórios e núcleos.

V.2.1. Disciplinas optativas com ementas fixas: *transversais*

Estas disciplinas problematizam temas e questões importantes do nosso tempo oferecendo percursos analíticos que estimulam a capacidade de interpretação de conjunturas do presente e de suas genealogias no passado através de várias áreas disciplinares e abordagens metodológicas, tendo como fios condutores algumas problemáticas sentidas como significativas e propostas pelo corpo docente que, em sintonia com as solicitações dos alunos, elaborou as ementas.

As disciplinas transversais propostas, em conformidade com o artigo 3º da Res. 616/2017, que estabelece a *Base Comum para os Cursos de Licenciatura* da UFF:

- debruçam-se sobre as múltiplas formas de identidade e pertencimento coletivo, em geral expressas nos debates sobre direitos humanos, diversidade, etnicidade e cidadania (p. ex.: História das Relações e dos Conflitos Étnico-Raciais no Brasil; História dos Movimentos Negros no Brasil; Nação, Cidadania e Racismo no Brasil; Democracia e cidadania no Brasil; Cidadania e Participação Política na Antiguidade; *Civis*, Súdito, Patriota e Cidadão; Gênero e Cidadania no Brasil, entre outras);

- examinam mecanismos de exclusão e marginalização social, formas de autoritarismo, modalidades de conflitos, intolerâncias e guerras (p.ex: História das Inquisições no Mundo Moderno; Novos e Antigos Imperialismos; Ditaduras e Autoritarismo no Brasil; Movimentos Políticos e Revoluções nas Américas; Migrações, Exílios e Diásporas no Mundo Moderno; Guerras no Mundo Contemporâneo; História e Historiografia do Autoritarismo, por exemplo);
- analisam as questões ambientais e as relações internacionais em múltiplos recortes e conjunturas (p. ex: Papado e Estratégias de Universalização Religiosa, História do Mundo Atlântico, Relações Internacionais Contemporâneas, História e Política Externa no Brasil Republicano, Introdução à História Global, Colonizações no Mediterrâneo Ocidental na Antiguidade, entre outras);
- refletem sobre o “direito à memória” e ao passado como dimensões da cidadania plena e discutem as relações entre memória social e história, buscando problematizar os processos sociais de constituição da memória coletiva em seu duplo movimento de produção de visibilidade e ocultação (História, Interculturalidades e Saberes Populares, História Pública, Histórias e memórias do Rio de Janeiro na República, História e tempo presente entre outras);
- discutem a diversidade de experiências de trabalho e das formas de organização e atuação pública de trabalhadores (formas de luta e protesto) no Brasil, nas Américas e no mundo contemporâneo (p. ex: História do Trabalho e dos Trabalhadores no Brasil; Mundos do Trabalho: da Revolução Industrial ao Toyotismo; Trabalho e Economia na América Portuguesa, História da Escravidão na Antiguidade, entre outras).

A criação destas disciplinas também atende ao Parecer CNE/CP 8/2012, que integra a discussão sobre relações étnico-raciais à reflexão sobre Direitos Humanos, compreendendo a educação para os direitos humanos como a: “apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local” (Art.4º). Atende, também, ao que prescreve o *Plano Nacional de Educação* ao indicar que os projetos pedagógicos devem assegurar “a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais” (Resolução nº 1, de 30/05/2012, Inciso I do Art.4º), assim como garantir o reconhecimento da diversidade cultural tal como contemplada na Lei n.13.005 de 25/06/2014, nas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* em 2004 e nas *Diretrizes Nacionais de Direitos Humanos*, de 2012.

V.2.2. Disciplinas obrigatórias livres com ementas fixas: instrumentais

As disciplinas de ementa fixa instrumentais possuem um caráter teórico-metodológico e prático e têm como objetivo aprofundar as reflexões teórico-metodológicas da historiografia, capacitar os novos historiadores para a diversificação de sua atuação profissional, levando em conta os novos desafios suscitados por uma sociedade que almeja viver democraticamente em um mundo plural. A abordagem proposta para as disciplinas instrumentais está centrada no desenvolvimento de habilidades específicas diretamente relacionadas às várias dimensões do “fazer história”, seja as atuações consolidadas no âmbito da pesquisa e do ensino, seja outras atividades de extensão, que envolvam a capacidade de produzir e socializar conhecimento de caráter histórico.

As disciplinas instrumentais ganharam destaque no currículo, com uma definição mais precisa do seu perfil, um aumento do número das mesmas a serem cursadas pelos alunos, uma caracterização de suas funções voltadas para desenvolver habilidades de pesquisa, ensino e extensão, fortalecendo o seu papel na formação de pesquisadores-docentes. As disciplinas instrumentais estão voltadas para a implementação de conhecimentos teórico-práticos para operar conceitos, testar metodologias de pesquisa e ensino, desenvolver a análise histórica em suportes e linguagens específicas, com o professor assumindo também o papel de orientador de todo o processo e coparticipante nas atividades propostas.

Parte fundamental da reformulação proposta pelo *Seminário Curricular de 2016* é um maior protagonismo por parte das disciplinas instrumentais articuladas nas três grandes áreas do *Fazer Histórico* entendidas como indissociáveis, porém distintas em suas *episteme*, a pesquisa, o ensino e a extensão. Atualmente a área de História entende que os fazeres históricos se ampliaram e trazem outras demandas por parte dos profissionais de História. Se a prática da pesquisa, articulada ao ensino, já está consolidada no curso de graduação em História da UFF (modalidades de licenciatura e de bacharelado), o debate acerca da “extensão” ainda está em curso.

No âmbito do presente PPC, a concepção de extensão proposta visa aproximar a formação dos alunos às múltiplas demandas sociais pela ampliação do conhecimento sobre o passado, a respeito das lutas pela democratização da história e pela valorização da dimensão cidadã no ensino de história. A extensão, nessa concepção, pressupõe ir além da mera prestação de serviços à sociedade para incorporar a reflexão sobre o sentido social do fazer histórico – como cidadãos e como profissionais da história – aliando formação e ação acadêmica à dimensão cidadã.

O conjunto das disciplinas *Instrumentais* promove uma articulação vertical entre os três núcleos que organizam o currículo, o de *Formação Geral*, o de *Aprofundamento* e o de *Estudos Integradores*. O graduando em História, tanto na Licenciatura quanto no Bacharelado, deverá obrigatoriamente cursar 6 (seis) disciplinas instrumentais escolhidas livremente entre as oferecidas, selecionando duas em cada uma das dimensões: pesquisa, ensino e extensão.

- São exemplos de disciplinas instrumentais com *ênfase na dimensão docente*: História e Mercado Editorial Didático; Ensino de História e Relações Raciais; História e Currículo Escolar; Ensino de História e Historiografia; Ensino de História e Recursos Didáticos, dentre outras;

- São exemplos de disciplinas instrumentais com *ênfase na dimensão da pesquisa*: História e Fotografia; História e Cinema; História e Arquivos, História e Paleografia; História e Fontes Orais, História e Literatura, História Digital, entre outras;

- São exemplos de disciplinas instrumentais com *ênfase na dimensão de extensão*: História e Políticas de Reparação; História e Museus; História e Patrimônio; História e Mídias dentre outras.

V.2 - NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES

Esse núcleo proporciona aos discentes a possibilidade de (1) articular os conhecimentos obtidos nas disciplinas com o saber fazer da docência, mediante as atividades desenvolvidas nos Laboratórios de Ensino e Pesquisa; (2) materializar a síntese do percurso formativo, mediante a elaboração de um projeto de investigação e de uma monografia de final de curso; (3) enriquecer a própria formação mediante a realização de diferentes Atividades Acadêmicas Complemen-

tares (AACs), como a participação em projetos de Iniciação Científica (IC), de Iniciação à Docência (PIBID/monitoria), de Educação Tutorial (PET) e o desenvolvimento de atividades de extensão e estágios não obrigatórios, tal como estabelecem as diretrizes curriculares para as licenciaturas (Resolução CNE/CP n.2/2015 e Resolução CEP nº 50/2004 e 360/2009).

V.3.1. Prática como Componente Curricular: *Laboratórios*

A legislação federal estabelece que a carga horária de *Prática como Componente Curricular*, obrigatória para a Licenciatura, é de no mínimo 400 horas, a serem realizadas ao longo do curso (Resolução CNE/CP n.2/2015, art. 13, parágrafo I, inciso I e Resolução do CEPEX/UFF 616/2017, art. 6). Essa carga horária de Prática como Componente Curricular tem por objetivo permitir que o futuro professor de História nos níveis Fundamental e Médio vivencie, de modo crítico e reflexivo, as diferentes dimensões da prática profissional em sua área de atuação, conforme regulamento dos *Laboratórios de Ensino e Pesquisa* (Resolução GGH 01/2017 em anexo 1).

Do total dessas 400 horas, ainda de acordo com a Res. CEPEX/UFF 616/2017, art. 7, 240 hs serão cumpridas mediante a frequências às 4 disciplinas Pesquisa e Prática Educativa, a cargo da Faculdade de Educação da UFF. As 160 hs restantes serão distribuídas em duas disciplinas obrigatórias livres, denominadas *Laboratórios de Ensino e Pesquisa*, com carga horária de 80 hs cada.

Partindo do pressuposto de que pesquisa e ensino são atividades complementares e indissociáveis, os Laboratórios de Ensino e Pesquisa apresentam aos alunos a possibilidade de refletir, experimentar e agir, de forma integrada, em ensino e pesquisa, desenvolvendo atividades de aprendizagem relativas ao ofício do professor, ao mesmo tempo em que refletem sobre a prática da pesquisa em História.

Os Laboratórios estão distribuídos ao longo da grade curricular e sua carga horária total é de 160 horas, de modo a garantir a realização plena do preceito legal anteriormente citado. Seus temas podem ser propostos e desenvolvidos por um ou mais professores, bem como pelo *Fórum anual*, fomentando diálogos e aproximações e ampliando o leque de questões abordadas, com foco em quatro possíveis campos temáticos:

Laboratório I – Pesquisa e escrita da história

Reflexão e exercícios práticos sobre a natureza da pesquisa histórica e sobre a historicidade da escrita da História; exercícios práticos de escrita acadêmica e de escrita de textos didáticos e paradidáticos da área de História;

Laboratório II – História e Linguagens

Reflexão sobre a natureza das linguagens e testemunhos históricos – fontes visuais, orais, sonoras e textuais, digitais, assim como o patrimônio material e imaterial – e exercícios práticos sobre metodologia de análise documental; oficinas práticas reflexão sobre discursos de divulgação histórica e transposição didática de conteúdos para diferentes séries do ensino fundamental e médio;

Laboratório III – Memória e Patrimônio

Ênfase em conteúdos e práticas relacionadas ao campo da memória e do patrimônio bem como à construção de instituições de guarda e preservação do patrimônio cultural e histórico – Arquivos, Museus, Patrimônio Material, Imaterial e Digital, Arqueologia e os estudos de cultura material.

Aprendizado de técnicas e métodos para ensino e pesquisa; reflexão sobre a inserção das temáticas de Memória e Patrimônio no ensino de História; criação de materiais didáticos envolvendo Patrimônio Material, Imaterial ou Digital; elaboração de roteiros de visitas guiadas de alunos e escolas às instituições de preservação do patrimônio cultural e histórico;

Laboratório IV – Metodologia do Ensino de História

Voltado para a reflexão sobre procedimentos metodológicos, planejamento, desenvolvimento e avaliação concernentes ao saber escolar (elaboração de planos de aulas, preparação de atividades didáticas, seleção de materiais didáticos, organização de propostas de atividades e dinâmicas em sala de aula, etc.).

Os Laboratórios têm como objetivos aprofundar e diversificar as questões e temas sobre o ensino de história introduzidos nas 16 disciplinas obrigatórias do Núcleo de Formação Geral; exercitar procedimentos metodológicos úteis à atuação profissional do futuro docente; ampliar a preparação para a docência em sua contínua e necessária articulação com a pesquisa visando à reelaboração crítica e teórica dos conteúdos ministrados e à renovação da produção de materiais para a difusão do conhecimento; estimular uma relação ativa e crítica com diferentes instituições de preservação do patrimônio cultural e histórico de modo a desenvolver nos alunos do ensino fundamental e médio uma compreensão renovada do patrimônio e da memória nacionais; reconhecer e implementar outras experiências formativas necessárias à revitalização do próprio ensino e da prática docente.

V.3.2. Projeto de Monografia e Monografia de fim de curso

O *Trabalho de Conclusão de Curso* (TCC), identificado como *Monografia* para o Curso de Graduação em História foi instituído pela Resolução CEP nº03/2005 e regulamentado pelo Colegiado de Curso (Resolução GGH 02/2017 em anexo 2), é atividade prática curricular obrigatória do Bacharelado e Licenciatura em História e requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

As disciplinas *Projeto de Monografia e Monografia* são obrigatórias para a conclusão do curso, tanto na Licenciatura quanto no Bacharelado, mantendo-se a exigência definida desde 1999, de que a “realização de um projeto de pesquisa é pré-requisito para a disciplina *Monografia*”. (*Propostas de Ajustes Curriculares para o Curso de História*, 1999, mimeo, p. 10).

A orientação do Projeto de Monografia e Monografia, compreendida como um processo de acompanhamento didático-pedagógico, é realizada por docentes do quadro permanente da Universidade Federal Fluminense, lotados no GHT (Departamento de História). O vínculo de orientação será formalizado junto à Coordenação de Curso, no ato da inscrição nas disciplinas Projeto de Monografia e Monografia, mediante o preenchimento de formulário próprio assinado pelo professor orientador e pelo coordenador de curso.

Para se inscrever na disciplina Projeto de Monografia oferecida pelo professor que o orientará, o aluno deverá ter cursado as disciplinas do Núcleo de Formação Geral. Ao realizar esta disciplina o aluno deverá avançar em seu estudo, elaborando o Projeto de Pesquisa, ou outro produto equivalente, a critério do orientador. O Projeto de Pesquisa, ou equivalente, deverá ser entregue, por escrito, ao orientador e caberá ao professor responsável pela orientação avaliar o resultado exigido nessa etapa.

A Monografia é um trabalho resultante de pesquisa sobre um tema específico, selecionado pelo aluno quando ingressa na disciplina Projeto de Monografia, baseado ou não em fontes documentais, elaborado individualmente sob a responsabilidade de um professor orientador, respeitando os princípios que caracterizam a pesquisa na área de História e as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Para se inscrever na disciplina Monografia, o aluno deverá ter cursado as disciplinas do Núcleo de Formação Geral e a disciplina Projeto de Monografia, que é pré-requisito para Monografia. A Monografia será avaliada pelo orientador e por um leitor crítico, escolhido dentre os professores dos departamentos vinculados ao curso de História. A nota final de Monografia será a média da nota atribuída pelo leitor crítico e pelo professor orientador.

Os prazos para elaboração do Projeto de Pesquisa e da Monografia ficam compreendidos entre o início e o término das aulas dos semestres nos quais o aluno estiver regularmente matriculado nas disciplinas Projeto de Monografia e Monografia, em conformidade com o Calendário Acadêmico fixado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa/ Prograd.

Esta diretriz visa articular os conhecimentos teóricos com a pesquisa empírica conduzida por professores orientadores e visa promover o exercício concreto da construção do conhecimento histórico. O exercício acadêmico de pesquisa e escrita tem por objetivo primordial adequar a formação do discente do curso de História com o necessário preparo para a prática da pesquisa que exercerá nas atividades de magistério ou de continuidade de estudos em cursos de pós-graduação.

V.3.3 – Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O estágio supervisionado é componente curricular obrigatório e requisito indispensável à obtenção do título de Licenciado em História. Ele totaliza 400 horas de atividades teórico-práticas (Resoluções CNE nº 1 e 2 de 2002) cursadas na UFF através do componente curricular denominado PPE - Pesquisa e Prática Educativa (Resolução CEP nº 50/2004, CEPEX/UFF Res .616/2017, art.7 e Resolução GGH 03 /2017 em anexo 3). As PPEs são subdivididas em quatro módulos consecutivos (PPE I, II, III e IV), cursados preferencialmente na segunda metade do curso, com carga horária de 160 horas cada, das quais 100 são dedicadas ao estágio supervisionado e 60 à prática como componente curricular.

O estágio deve ser realizado preferencialmente em escolas públicas e conveniadas com a Universidade. Ao lado das escolas públicas municipais, estaduais ou federais que funcionam como campo de estágio, a Universidade possui desde 2006 o próprio colégio de aplicação, o Colégio Universitário Geraldo Reis (COLUNI-UFF), o qual disponibiliza para o estágio todas as séries da Educação Básica. Eventualmente, também as escolas da rede privadas podem acolher estagiários. Os professores das escolas que acompanham os licenciandos no cotidiano de seus estágios assumem o papel de *Supervisores do Estágio Obrigatório*.

Os professores responsáveis pelo componente curricular Pesquisa e Prática Educativa/PPE, de acordo com o Parecer UFF – CEP nº 50/2004 e à Res.616/2017, art.7 do CEPEX/UFF estão vinculados à Faculdade de Educação, desempenhando o papel de *Orientadores de Estágio*. Ao se inscrever em *Pesquisa e Prática Educativa*, os alunos devem escolher uma escola, preferencialmente conveniada, onde desenvolverão o seu estágio sob a supervisão de um professor da escola e a orientação de um docente da Faculdade de Educação.

O vínculo com a escola conveniada é estabelecido através de uma *Carta de Apresentação* e do *Termo de Compromisso de Estágio*, acompanhado de um *Plano de Atividades*, firmado entre o aluno, a escola e a universidade, antecipadamente aprovado e autorizado pela Coordenação do Curso. Finalmente, uma parte dessa carga horária de estágio é utilizada para encontros presenciais dos licenciandos com os professores de PPE, nos quais são estabelecidas as bases teórico-práticas das atividades de pesquisa e prática de ensino.

O estágio oportuniza uma reflexão sobre a formação do professor de História ante as perspectivas teórico-metodológicas do campo para sua atuação em âmbito educacional articulando conteúdos, teorias e práticas de ensino-aprendizagem contextualizadas, de modo a favorecer a capacidade crítica a respeito da própria atuação no âmbito do conhecimento histórico escolar.

A realização do estágio obrigatório envolve, portanto, a articulação entre Universidade, licenciandos, docentes responsáveis pelas PPEs, escolas e professores supervisores que acolhem os estudantes e os iniciam nos meandros da profissão. Não se perde de vista, aqui, a indissociabilidade entre teoria e prática na formação do estudante-estagiário como docente. A reflexão se estabelece na confluência das questões discutidas no espaço universitário, seja em orientação com o professor de PPE e/ou coletivamente no grupo, com as experiências vivenciadas no espaço de trabalho; seja na escola e com a comunidade escolar, sobremaneira com os estudantes de ensino básico e com o professor supervisor.

Durante a realização das 400 horas de estágio, os momentos na escola permitem ao licenciando desenvolver:

- *atividades de observação e descrição do espaço escolar* - de seus aspectos materiais e imateriais, das aulas do professor supervisor e das dinâmicas dos alunos;

- atividades de análise de materiais didático-pedagógicos;
- atividades de aprendizado de atribuições da função docente, por meio do auxílio na assessoria e/ou monitoria aos alunos; na organização de diários de classe; no acompanhamento de elaboração de projetos para as aulas e/ou atividades escolares; na aplicação e correção de atividades; bem como na condução supervisionada de grupos em trabalho de campo. Ainda na escola, o estagiário deve assumir o protagonismo docente pela regência, depois de preparar o planejamento de aula em conjunto com os professores supervisor e orientador de PPE, cabendo também a este acompanhar a execução da aula.

Realizando essas ações, ao fim das 400 horas o licenciando deverá estar apto a articular reflexivamente os conceitos, fontes e métodos do campo histórico, para a prática do ensino da disciplina de *História na Educação Básica*. Como aluno-professor, será capaz de mobilizar repertórios teórico-metodológicos da História e da Educação e diversos recursos didático-pedagógicos para a elaboração e execução de aulas e de projetos educacionais.

No diálogo com essas potencialidades, as aulas de PPE elencam temas urgentes do cotidiano do ensino de História, potencializando especialmente problemáticas como: epistemologia do ensino de História; produção e usos do livro didático de História; o trabalho em torno das leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008; os conceitos de tempo e de tempo histórico em face sobretudo das faixas de idade dos alunos da Educação Básica; as discussões de gênero articuladas no ensino da História; o trabalho com a arte e o ensino de História; as potencialidades das TICs e dos jogos eletrônicos e a imaginação histórica dos alunos; a relação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento escolar na área de História etc.

V.3.4. Atividades Complementares

As *Atividades Acadêmicas Complementares* - ACs (200 horas) são entendidas como componentes curriculares obrigatórios, vinculados à Coordenação do Curso de Graduação, visando ampliar e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e a formação acadêmica dos graduandos, e possibilitando uma permanente e contextualizada atualização profissional. As ACs são obrigatórias para todos os alunos nas duas modalidades de ingresso, devendo ser desenvolvidas ao longo da integralização do Curso.

As ACs estão distribuídas nos seguintes grupos: *Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão e Administração*. Para a integralização das ACs são indispensáveis o cumprimento de 200 (duzentas) horas que podem ser realizadas em atividades de iniciação à pesquisa e ao ensino, visitas culturais programadas e monitoradas, atividades de extensão e aprimoramento profissional, cursos e projetos de extensão, eventos científicos (palestras, congressos, encontros, simpósios, jornadas científicas), participação em comissões de representação estudantil e gestão de centro acadêmico, dentre outras, conforme regulamento em anexo (Resolução GGH 01/2013 em anexo 4).

Pretende-se que as ACs propiciem aos alunos a oportunidade de desenvolver habilidades diversas das formadas em sala de aula e, ao mesmo tempo, iniciar sua inserção em outros ambientes formativos e profissionais da área de História.

V.4 - DETALHAMENTO DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Resolução CNE/CP n.2, de 21 de julho de 2015, prevê que a carga horária dos cursos de formação de professores em educação básica em nível de licenciatura deve ter, no mínimo, 3.200 horas, distribuídas entre os seguintes componentes: 400 horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso; 400 horas de

estágio curricular supervisionado, a partir da metade do curso; 2.200 horas aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural; e 200 horas de atividades acadêmicas complementares.

O Curso de Graduação em História, em ambas as modalidades, adota um regime acadêmico presencial e semestral, que se concretiza através de matrícula, em cada período letivo, em um conjunto de atividades curriculares definido no Projeto Pedagógico do Curso. Os dois cursos compartilham uma formação comum constituída pelas disciplinas oferecidas pelo próprio Departamento, além das disciplinas específicas para a Licenciatura. A previsão de integralização do curso de licenciatura é de 9 semestres, com carga horária total de 3344 horas distribuídas em três núcleos de formação:

Núcleo de Formação Geral: 1.374 horas

- 3 disciplinas obrigatórias com carga horária de 68 horas cada, a saber: Antropologia, Sociologia e Geohistória, totalizando 204 horas.

- 16 disciplinas obrigatórias ministradas pelo GHT com carga horária de 60 horas, a saber: Introdução aos Estudos Históricos, História Antiga, História Medieval, História Moderna, História do Brasil I, História da América I, História da África I, Teoria da História, Historiografia, História Contemporânea I, História da África II, História do Brasil II, História da América II, História Contemporânea II, História do Brasil III e História da América III, totalizando 960 horas.

Visando aprofundar o envolvimento do curso com a educação básica, as 16 disciplinas do Núcleo de Formação Geral ministradas pelo GHT, independentemente de carga horária, incluem em seus objetivos preparar o licenciando, para o ensino através da reflexão sobre diferentes dimensões da prática do-

cente e sobre as adequações do conteúdo teórico de cada disciplina à Educação Básica.

- 4 disciplinas obrigatórias da base comum das licenciaturas, 3 cursadas no âmbito da Faculdade de Educação (Organização e Funcionamento da Educação Básica; Didática para o Ensino de História e Psicologia da Educação – cada uma com 60 horas de carga horária), e 1 no Instituto de Letras (Língua Brasileira de Sinais – Libras, com 30 horas de carga horária), em cumprimento às exigências da Resolução 50/2004 que estabelece a base comum para os cursos de Licenciatura da UFF, totalizando 210 horas.

Núcleo de Aprofundamento: 870 horas

- 7 disciplinas optativas, sendo 6 delas cursadas dentro do GHT (com carga horária de 60 horas cada) e 1 cursada na Faculdade de Educação (com carga horária de 30 horas), totalizando 390 horas.

- 2 disciplinas eletivas (com carga horária mínima de 60 horas), totalizando pelo menos 120 horas.

- 6 disciplinas obrigatórias livres Instrumentais com carga horária de 60 horas cada uma, totalizando 360 horas. Esse conjunto de disciplinas volta-se tanto para o aprofundamento da formação historiográfica do estudante quanto para a formação interdisciplinar, mantendo uma relação estreita entre teoria e prática profissional, através do incentivo ao debate crítico e à reflexão atualizada.

Núcleo de Estudos Integradores – 1100 horas

- 2 disciplinas obrigatórias - Projeto de Monografia (40 horas) e Monografia (60 horas).

- 2 laboratórios (disciplinas obrigatórias livres), escolhendo entre os Laboratórios de Ensino e Pesquisa I a IV, cada qual com carga horária de 80 horas, totalizando 160 horas de prática como componente curricular.

- PPEs I a IV - incluindo 400 horas de Estágio Supervisionado e 240 horas de prática como componente curricular.

- Atividades Complementares (ACs) – 200 horas, constituídas por atividades como PET/PIBIC/PIBID e Monitoria (Resolução GGH 04/2017 em anexo 5), dentre outras;

Cabe ressaltar que as mudanças aprovadas para o projeto pedagógico podem ser sintetizadas em dois aspectos básicos:

1. A ampliação significativa da carga horária mínima dedicada à articulação entre teoria e prática (860 horas), realizadas nas disciplinas *Instrumentais* (360 horas) e nos quatro *Laboratórios* (160 horas); além de Projeto e Monografia (100 horas);

2. A inclusão, em todas as disciplinas do *Núcleo de Formação Geral*, da reflexão sobre a formação para a docência e sobre o domínio dos processos de escolarização dos conteúdos próprios de cada disciplina.

Acompanhamento e Avaliação

A *Comissão Acadêmica* é a principal instância assessora, consultiva e propositiva à Coordenação de Curso e ao Departamento de História, foi criada em 1993 e, posteriormente, foi o embrião do *Núcleo Docente Estruturante* (NDE). O curso de História é acompanhado através de dois instrumentos de avaliações próprias que são os seminários de auto avaliação e curricular, previstos em seu PPC desde 1993. Compõe essa estrutura o Colegiado dos Cursos de Graduação em História, instituído em 1997, cuja atribuição básica é o acompanhamento e a implementação de mudanças no curso e em seu currículo.

Desde a implantação do seu novo modelo curricular, foi prevista a criação de uma Comissão Acadêmica, composta originalmente pelos Coordenadores do Curso, três docentes e três representantes discentes, bem como os respectivos suplentes que, entre outras funções, realizariam a normatização e o acompanhamento do funcionamento do curso e a gestão e implementação do currículo, planejando a “oferta de disciplinas (...), levando em conta a demanda previsível e também as saídas previstas de docentes, deliberadas no âmbito da área de história”. Além disso, ela tem como atribuições “realizar estudos e pesquisas identificando problemas e sugestões para a organização do seminário de avaliação curricular” (Projeto Pedagógico do Curso, 2010, formulário 6).

O *Núcleo Docente Estruturante* é uma exigência instituída na UFF em 16 de novembro de 2011 atendendo a uma normativa maior da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Resolução CEP/UFF no 526/2011 e Resolução CONAES/MEC no 01, de

07/06/2010). Entretanto, a Comissão Acadêmica já atendia ao espírito do Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado de Curso formulou e propôs uma resolução interna, submetida e aprovada na plenária departamental, no Colegiado de Curso e no Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF em 09/10/2013 (Resolução GGH 03/2013 em anexo 6). Esta resolução equiparou a Comissão Acadêmica ao Núcleo Docente Estruturante, ampliando para cinco o número de membros docentes (dois coordenadores e três representantes eleitos pela plenária) e discentes, incorporando a representação estudantil, diretriz ausente da concepção original do NDE. Sua composição também inclui um dos coordenadores anteriores e um docente responsável pelo estágio supervisionado obrigatório no Curso de Licenciatura em História, indicado pela Faculdade de Educação.

A Comissão Acadêmica/Núcleo Docente Estruturante se reúne com frequência regular e tem desenvolvido uma série de atividades como:

- acompanhar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico dos cursos definindo sua concepção e fundamentos;
- elaborar estudos visando aperfeiçoar os procedimentos de matrículas e ajustes de matrículas (com inclusão, exclusão de disciplinas) e analisando o percentual de ocupação das turmas/disciplinas;
- considerar a política de dispensas de professores para os projetos de pós-doutoramento e aperfeiçoamento do corpo docente;
- elaborar estudos para subsidiar a Chefia e a Plenária Departamental sobre a política de contratação de professores (efetivos e substitutos);
- convocar regularmente os Seminários de Currículo e de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de História.

Os últimos Seminários de Avaliação e de Currículo ocorreram em 2013 e 2016 e foram subsidiados por estudos prévios realizados pela Comissão Acadêmica/Núcleo Docente Estruturante que se organizou em Grupos de Trabalho (GT's) e levantou dados pertinentes às discussões propostas. Como exemplos de temáticas objeto destes estudos, temos a pesquisa das áreas de formação dos estudantes, as demandas por espaço físico e estruturas pedagógicas, a montagem e oferta dos horários e disciplinas, os motivos de evasão dos estudantes, os períodos médios de integralização curricular, entre outros.

O último seminário curricular (2016) criou o *Fórum da Graduação*, regulamentado pela Resolução GGH 05/2017 (anexo 7), que será uma instância para acolher as demandas e expectativas discentes e docentes sobre a oferta das disciplinas e as sugestões de temáticas para os laboratórios e seminários.

Conteúdos de Estudos e Objetivos

Conteúdos de Estudos	Objetivos
<p>Núcleo de Formação geral: Composto por 16 disciplinas obrigatórias oferecidas pelo Departamento de História, 3 obrigatórias de áreas afins e 4 da Base Comum das Licenciaturas (3 da área de Educação e mais Linguagem Brasileira de Sinais – Libras).</p> <ul style="list-style-type: none"> * Introdução aos Estudos Históricos. * História Antiga. * História Medieval. * História Moderna. * História Contemporânea I e II. * História da África I e II. * História da América I, II e III. * História do Brasil I, II e III. * Teoria da História. * Historiografia. * Antropologia. * Geohistória. * Sociologia. <p>[Base comum das licenciaturas]</p> <ul style="list-style-type: none"> * Didática. * Organização da Educação no Brasil. * Psicologia da Educação. * Libras 	<ul style="list-style-type: none"> * Proporcionar ao estudante, na fase inicial do seu curso, uma visão abrangente e sistemática da problemática da História em seus cortes temáticos e cronológicos habituais; um panorama das questões teórico-metodológicas mais importantes que atravessam a historiografia contemporânea e, ainda, um contato inicial com disciplinas afins – a Sociologia, a Geohistória, a Antropologia e as da Educação – necessárias ao trabalho do historiador e com as quais a própria História compartilha o seu objeto de estudo. * Ter conhecimento das linhas gerais do processo histórico em suas várias especialidades e temporalidades permitindo dominar processos de escolarização desses conteúdos, seus significados em diferentes contextos e períodos e sua articulação interdisciplinar.

<p>Núcleo de Aprofundamento: Composto por disciplinas de caráter optativo, parte delas de formato instrumental, além do estágio supervisionado, seguindo a seguinte distribuição:</p> <ul style="list-style-type: none"> * 6 disciplinas obrigatórias livres de caráter instrumental; * 6 disciplinas optativas, incluindo os seminários de ementa aberta e/ou as transversais de ementa fixa; * 1 disciplina optativa, da área de Educação (Base Comum das Licenciaturas). * 2 disciplinas eletivas. 	<ul style="list-style-type: none"> * Formar profissionais capazes de relacionar correta e criticamente o presente ao passado, de aproximar-se da pesquisa histórica e de comunicar e divulgar seus resultados. * Capacitar os discentes para a prática da pesquisa histórica, mediante o conhecimento dos grandes temas e debates historiográficos e a aquisição de metodologias apropriadas à investigação documental e interpretação das fontes, bem como pela aquisição de uma linguagem historiográfica rigorosa e clara. * Desenvolver uma reflexão consistente a respeito do ensino e da especificidade do saber escolar * Fornecer subsídios para ações no âmbito da divulgação do conhecimento histórico e da educação patrimonial.
<p>Núcleo de estudos integradores: Composto por disciplinas obrigatórias, obrigatórias livres no formato “Laboratório” (correspondendo às 160 hs de prática como componente curricular) e atividades complementares, de acordo com a seguinte distribuição:</p> <ul style="list-style-type: none"> * 2 disciplinas obrigatórias (Projeto de Monografia e Monografia). * 2 disciplinas obrigatórias livres (entre os Laboratório de Ensino e Pesquisa I, II, III e IV). * 4 disciplinas obrigatórias da Base Comum das Licenciaturas: Estágio Supervisionado (Pesquisa e Prática Educativa I, II, III e IV). * Atividades Acadêmicas Complementares (AACs). 	<ul style="list-style-type: none"> * Articular os conhecimentos obtidos nas disciplinas com o saber fazer da docência, mediante as atividades desenvolvidas nos Laboratórios de Ensino e Pesquisa. * Materializar a síntese do percurso formativo, mediante a elaboração de um projeto de investigação e de uma monografia de final de curso. * Capacitar para a docência no ensino fundamental e médio, com compreensão ampla e contextualizada da educação, das escolas e das políticas educacionais; * Enriquecer a própria formação mediante a realização de diferentes Atividades Acadêmicas Complementares, como a participação em projetos de Iniciação Científica (IC), de iniciação à docência (PIBID/monitoria), de educação tutorial (PET) e o desenvolvimento de atividades de extensão e estágios não obrigatórios.

Distribuição das Disciplinas/Atividades - Periodização

1) Primeiro Período

Nome da disciplina	Código	Carga Horária
Antropologia	GAP00148	60 h
História Antiga	GHT00697	60 h
História Medieval	GHT00822	60 h
Introdução aos Estudos Históricos	GHT00847	60 h
Sociologia	GSO00098	60 h

2) Segundo Período

Nome da disciplina	Código	Carga Horária
História Moderna	GHT00680	60 h
Teoria da História	GHT00841	60 h
História da América	GHT00661	60 h
História do Brasil	GHT00721	60 h
Geohistória	GGE00387	60 h

3) Terceiro Período

Nome da disciplina	Código	Carga Horária
História Contemporânea 1	GHT00750	60 h
História do Brasil 2	GHT00845	60 h
História da América 2	GHT00662	60 h
Historiografia	GHT00840	60 h
Organização da Educação no Brasil (OEB)		60 h

4) Quarto Período

Nome da disciplina	Código	Carga Horária
História da África 1	GHT00642	60 h
História do Brasil 3	GHT00846	60 h
História da América 3	GHT00663	60 h
História Contemporânea 2	GHT00751	60 h
Didática		60 h

5) Quinto Período

Nome da disciplina	Código	Carga Horária
História da África 2	GHT00643	60 h
Disciplina Optativa	-	60 h
Disciplina Optativa	-	60 h
Disciplina Instrumental	-	60 h
Psicologia da Educação	-	60 h

6) Sexto Período

Nome da disciplina	Código	Carga Horária
Pesquisa e Prática Educativa I	-	160 h
Laboratório de Ensino e Pesquisa	-	80 h
Disciplina Instrumental	-	60 h
Disciplina Optativa	-	60 h
Disciplina Optativa	-	60 h

7) Sétimo Período

Nome da disciplina	Código	Carga Horária
Pesquisa e Prática Educativa II	-	160 h
Laboratório de Ensino e Pesquisa	-	80 h
Disciplina Instrumental	-	60 h
Disciplina Instrumental	-	60 h
Disciplina Optativa	-	60 h

8) Oitavo Período

Nome da disciplina	Código	Carga Horária
Pesquisa e Prática Educativa III	-	160 h
Projeto de Monografia	-	40h
Disciplina Instrumental	-	60 h
Disciplina Instrumental	-	60 h
Disciplina Eletiva	-	60h
Disciplina Optativa	-	60 h

9) Nono Período

Nome da disciplina	Código	Carga Horária
Libras	-	30 h
Disciplina Optativa (Educação)	-	30h
Disciplina Eletiva	-	60 h
Pesquisa e Prática Educativa IV	-	160 h
Monografia	-	60h

Sistemática de Adaptação Curricular

De acordo com o artigo 32 do Regulamento Geral da Graduação da UFF:

Quando houver mudança/ajuste curricular, a adaptação curricular para os alunos já matriculados no Curso deverá ser aprovada pelo Colegiado de Curso e promovida pela Coordenação de Curso, sendo garantida a possibilidade de permanência no currículo anterior aos alunos que tenham integralizado pelo menos 75% da carga horária no momento da implementação do novo currículo.

Diante da MUDANÇA CURRICULAR proposta, o Colegiado de Curso define as seguintes regras:

I - Estudantes que possuem 75% da Carga Horária do currículo antigo em 2018.1 = 2.512 horas

A. Terá o direito de optar por permanecerem no Currículo Antigo, devendo a coordenação promover todos os procedimentos necessários para a integralização curricular do discente.

B. Caso queira optar por integrar o novo currículo a Coordenação irá providenciar a adaptação de acordo com as regras relacionadas aos demais estudantes.

II – Os demais estudantes terão equivalência das disciplinas abaixo discriminadas

1º *Laboratórios de Ensino e Pesquisa* - A cada 3 disciplinas do ciclo básico cursadas e integralizadas (História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea I e II, História do Brasil I, II e III, História da América I, II e III, História da África, Introdução aos Estudos Históricos, METEC e TMH), haverá dispensa de 1 dos dois Laboratórios de Ensino e Pesquisa obrigatórios.

2º A disciplina de *História da África* (GHT00383) cursada e integralizada será considerada equivalente a disciplinas de História da África I (GHT00642) e História da África II (GHT00643)

3º A disciplina de *Métodos e Técnicas de Pesquisa em História* (GHT00386) cursada e integralizada será considerada equivalente à disciplina *Historiografia* (GHT00840)

4º Todas as disciplinas cursadas no GHT como de Eixo Temático-Cronológico, Optativas Gerais e Instrumentais serão consideradas na nova grade curricular como equivalentes às disciplinas optativas.

5º As disciplinas Optativas Gerais cursadas fora do Departamento de História (GHT) serão consideradas válidas como ELETIVAS até a razão de duas (02) disciplinas na integralização do novo currículo.